

## 2 – Da instalação na Praça da República até a década de 1970

Ao ser instalada, em 1894, no edifício construído especialmente para ela, na Praça da República, embora passasse por muitas transformações, essa escola não mais teve mais sua existência interrompida. Durante sua existência, transformou-se na famosa "Escola Normal da Praça da República", no "Instituto de Educação Caetano de Campos", na EEPSCG Caetano de Campos e na atual EE "Caetano de Campos".

Com a inauguração do novo edifício da Escola Normal, em agosto de 1894, foram abertas matrículas para a instalação da Escola-Modelo anexa, atraindo diversos alunos da escola da rua do Carmo. Cabe destacar que, embora alguns de seus professores tenham sido transferidos para a Escola Normal da Praça, a Escola do Carmo continuou a funcionar sob a direção do professor Oscar Thompson, com a denominação de Segunda Escola Modelo. Essa escola, que fora destinada à demonstração de procedimentos didáticos, de observação e prática de ensino para os alunos do 3º ano do curso normal, configurou-se como um ponto de irradiação de técnicas fundamentadas no método intuitivo de ensino (MONARCHA, 1999: 179). Posteriormente, continuando a funcionar com um curso integral distribuído em quatro anos, a escola passou a se chamar Grupo Escolar do Carmo.

Nos anos seguintes à inauguração do edifício construído para a Escola Normal, cuja obra arquitetônica tornou-se símbolo da transformação política recém-ocorrida, essa escola tornou-se centro de referência e centro difusor de teorias científicas e pedagógicas, além de palco de experiências educacionais que marcaram a história da educação brasileira.

A Escola Normal da Capital passou a acolher o Curso Normal para a formação de professores (alunos a partir de 16 anos) e a Escola-Modelo Preliminar "Antonio Caetano de Campos" (7 a 11 anos). Posteriormente, conforme a lei nº 374, de 3 de setembro de 1895, foi instalada a primeira Escola-Modelo Complementar da Capital, para alunos de 11 a 14 anos, destinada a formar professores primários em tenra idade, chamados de complementaristas.



Tornou-se possível também a instalação do primeiro Jardim de Infância estadual. Criado pelo decreto nº 342, de 3 de março de 1896, sua inauguração ocorreu em 10 de maio do mesmo ano, com 300 candidatas concorrendo às 102 vagas oferecidas. Criado anexo à Escola Normal da Capital, e fruto do projeto político da burguesia do café, que se instalou no poder por meio do partido republicano paulista, o Jardim da Infância foi concebido com a finalidade de servir de estágio aos professores

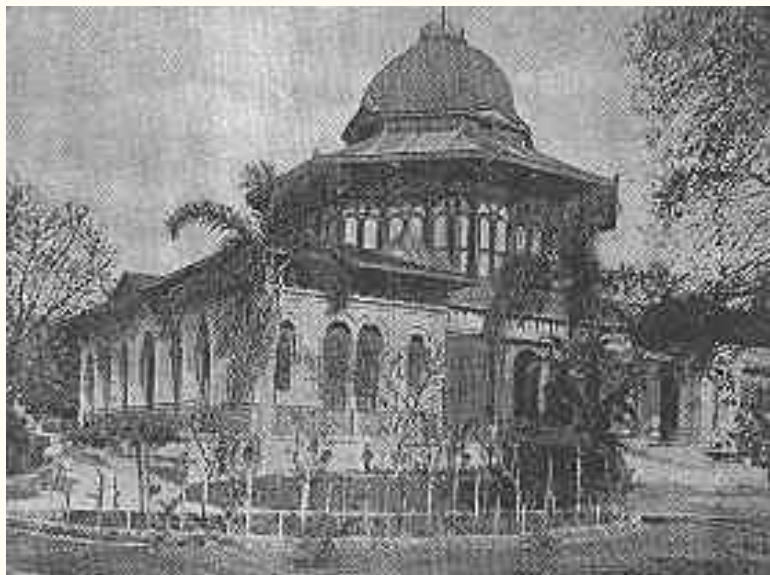
normalistas. Em caráter provisório, foi instalado num prédio antigo alugado, na rua do Ipiranga, com uma frequência média de 95 alunos, até ser transferido para o edifício construído pelo arquiteto Ramos de Azevedo, nos fundos da Escola Normal. Similar a outros palacetes da época, o edifício dispunha de amplas salas de aula, com laboratórios e água filtrada, sala de professores, depósito de materiais, um enorme salão central, que servia para atividades de marcha, canto, reuniões e festividades,

muitas varandas ornamentadas com vidros importados, vastos jardins e áreas cobertas para os jogos infantis.

O jardim da infância nasceu ancorado no modelo froebeliano, como se pode observar no decreto nº 397, de 9 de outubro de 1896, em cujo art. 181, capítulo III, aparece assinalado: “O jardim de infância, anexo à Escola Normal da Capital, é destinado a preparar pela educação dos sentidos, segundo os processos de Froebel, os alunos de ambos os sexos, que se destinam às escolas-modelo”. No ano de inauguração, Gabriel Prestes editou a *Revista do Jardim da Infância*, com artigos voltados para a prática docente, que acabou se constituindo num instrumento para aperfeiçoar aquela instituição e facilitar a criação de outras, públicas ou privadas.

As palavras de Alfredo Pujol, Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Instrução Pública, no seu relatório de 1896 para o governador do Estado de São Paulo, enfatizam a importância da implantação do Jardim da Infância anexo à Escola Normal e a sua fundamentação teórico-metodológica:

*“ O Kinder Garden, a que está ligado o nome imortal de Froebel, é o fundamento profundamente racional de todo o ensino intuitivo. A instrução, diz um professor, é como a semente lançada á terra.*



Jardim da Infância, construído atrás da Escola Normal “Caetano de Campos”, demolido em 1939. Fonte: ROCCO, Salvador et al. (Org.). **Poliantéia comemorativa: 1846-1946; primeiro centenário do ensino normal de São Paulo.** São Paulo: s. n., s. d.

*Escolher a semente, moldar o viveiro, regar o alfobre, amparar a planta, é a função do jardineiro e do mestre. Antes, porém, de semear, há um trabalho prévio e indispensável: preparar o solo. Na cultura da inteligência, este primeiro trabalho consiste em habituar o aluno a refletir, em ensinar a pensar. E' a função da admirável instituição que o*

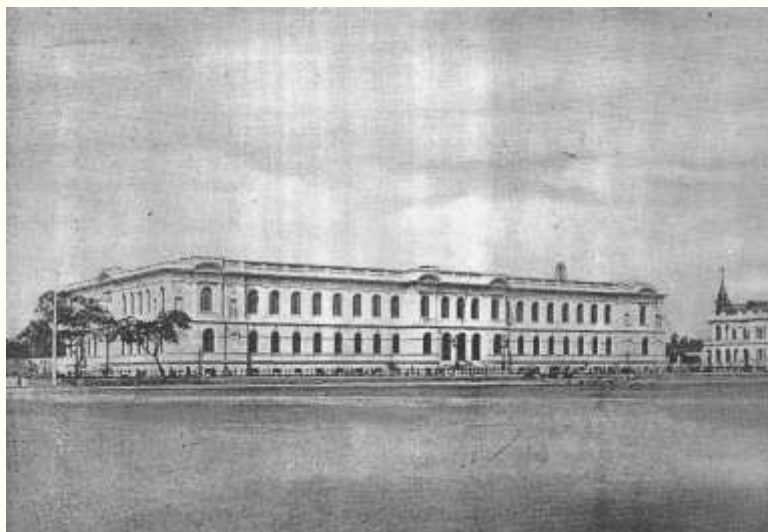
*gênio de Froebel criou e que a experiência dos modernos pedagogistas desenvolveu e consolidou.*

*Deliberando o Governo, de acordo com o diretor da Escola Normal, a criação de um Kinder-Garden, filiado à Escola Modelo Caetano de Campos, não fez mais do que completar pela base o nosso sistema de ensino” (Segunda parte, p.54-55).*

Na construção do edifício da Escola Normal, as técnicas e materiais utilizados foram os mais modernos da época, seguindo à risca as prescrições da engenharia sanitária para um estabelecimento escolar. O estilo arquitetônico empregado foi o mais em voga na época: o neo-clássico.

“Tudo no conjunto arquitetônico deveria exaltar as qualidades da República, além de atender à necessidade de reestruturação do sistema escolar e ampliação da instrução pública” (ARRUDA: 2001, 61).

A escola foi inicialmente constituída por ala única, e por pavilhões



Edifício da tradicional Escola Normal da Praça, inaugurado em 2 de agosto de 1894. Fonte: : ROCCO, Salvador et al. (Org.). **Poliantéia comemorativa: 1846-1946; primeiro centenário do ensino normal de São Paulo.** São Paulo: s. n., s. d. p. 130

independentes, construídos pouco depois na parte posterior do edifício principal, que sofreu várias intervenções em décadas posteriores, seguindo a mesma linguagem arquitetônica do projeto inicial. O prédio passou por duas marcantes ampliações, de data incerta, mas compreendidas entre 1897 e 1909: a criação de duas alas perpendiculares à construção principal, e o posterior prolongamento destas em dois corpos salientes que foram ampliados em 1948 para abrigar mais doze salas de aula. Medindo 86 metros de frente por 37 metros de profundidade, o edifício foi construído inicialmente com dois pavimentos mais um porão habitável. O térreo comportava as oficinas escolares, e o primeiro andar abrigava os cursos teóricos, além da administração. Nesses três pavilhões estavam as salas de aula e os compartimentos de apoio. O edifício era dividido em dois setores iguais, um para cada sexo, com acesso independente, tendo cada um deles salas de ensino superior (Escola Normal) e de ensino elementar (Escola Modelo) (DIÉGOLI e MAGALDI, 1994). A escola contava com mais de 40 salas, utilizadas pelos cursos Normal, Complementar, Escolas-Modelo anexas, além da administração, museus e gabinetes, sem contar o vestíbulo e os corredores.

Quanto à clientela atendida, Kuhlmann Jr. (1994) observa que a cúpula do Partido Republicano Paulista (PRP) foi um dos setores presentes nas primeiras turmas. Lá estudaram dois filhos de Bernardino de Campos, dois de Júlio de Mesquita, um de Francisco de Assis Peixoto Gomide, além de vários representantes da elite paulistana, tais como Ignácio Pereira da Rocha, Barão de Bocaina, Emílio Ribas, José Cardoso de Almeida.

Essa escola, que foi um dos símbolos da República e orgulho dos republicanos, em especial da elite paulistana, teve sua existência ameaçada no final da década de 1930, com as modificações no traçado urbano da cidade de São Paulo, realizadas pela Prefeitura. A ampliação da Rua São Luís provocou a demolição do belo pavilhão do Jardim da Infância, em 1939, a que se seguiria a demolição do pavilhão do Ginásio, para dar lugar a uma terceira ala, erguida entre as duas outras já existentes.

Em 1907/1908, sob a direção do Dr. Oscar Thompson, a Escola Normal compreendia dois cursos: o secundário, com a duração de 4 anos, para os candidatos ao magistério, de ambos os sexos; e o constituído pelas escolas-modelos anexas. Estas compreendiam três partes:

a) o Jardim da Infância: destinado a preparar, segundo os processos de Froebel, alunos de ambos os sexos;

b) a Escola Preliminar Modelo “Caetano de Campos”: destinada a educar, em classes separadas, crianças de ambos os sexos, além de servir como prática de ensino para os alunos dos 3<sup>o</sup> e 4<sup>o</sup> anos dos cursos secundário e complementar da Escola Normal. O programa da Escola Preliminar Modelo era o mesmo adotado nos grupos escolares do Estado, e se constituía das seguintes disciplinas: Leitura, Linguagem Oral e Escrita, Caligrafia, Aritmética, Geografia Geral e do Brasil, História do Brasil, Ciências Físicas e Naturais, Higiene, Instrução Moral e Cívica, Ginástica e Exercícios Militares, Música, Desenho, Geometria, e Trabalhos Manuais.

c) a Escola Complementar Modelo: destinada a ampliar e complementar o ensino primário, de modo a facilitar a formação de professores preliminares (arts. 138, 172 e 181 do Regulamento de 9 de outubro de 1896).

As escolas complementares tinham duração de quatro anos, com quatro professores – um para cada ano - e se destinavam aos alunos habilitados no curso preliminar. Correspondiam tanto a uma tentativa de integração do ensino primário às escolas secundárias quanto a uma instrução intermediária entre o curso elementar e a escola secundária. Os alunos que concluíssem o curso e fizessem um ano de prática de ensino em grupos escolares podiam lecionar em escolas públicas preliminares. A lei nº 1.051, de 28 de dezembro de 1906 garantiu ao aluno diplomado nessas escolas o direito de se matricular no 3<sup>o</sup> ano da Escola Normal.

Além do Jardim da Infância, da Escola Preliminar Modelo “Caetano de Campos” e da Escola Complementar Modelo, havia sido instalada oficialmente, em 21 de janeiro de 1908, conforme decreto nº 1.577, a Escola Modelo Isolada, subordinada à Escola Normal da Capital, para servir de padrão às demais escolas isoladas do Estado. Funcionou em duas classes, uma masculina e uma feminina, em dois prédios contíguos, situados no Largo do Arouche, nºs 58 e 60, doados ao Estado pelo Dr. Rego Freitas. O currículo dessa Escola Modelo Isolada era composto de Leitura, Linguagem, Números, Caligrafia, Geografia, História Pátria, Animais, Plantas, Lições Gerais, Desenho, Música, Trabalhos Manuais e Ginástica.

O decreto nº 1.578, de 21 de fevereiro de 1908, criou um Curso Suplementar na Escola Normal.

Durante a gestão de Oscar Thompson na direção do aparelho escolar paulista, no período de 1901 a 1911, várias reformas na instrução pública foram implementadas. A partir dessa gestão, o método analítico passou a ser considerado, para o ensino de todas as matérias, como princípio de organização dos programas escolares e como base do ensino racional. A Escola Normal de São Paulo, que estava sobrecarregada de alunos e funcionava em três turnos, passou a se chamar Escola Normal Secundária de São Paulo, tendo anexa uma escola primária para possibilitar a prática de ensino dos seus alunos, uma vez que as escolas complementares foram convertidas em normais primárias - Decreto nº 2025, de 29.03.1911- (MONARCHA, 1999).

A partir da publicação, em 1909, da cartilha *Meu livro*, de Theodoro de Moraes, professor da Escola-Modelo “Caetano de Campos”, segundo o método analítico,

baseada em plano elaborado por Oscar Thompson, deflagra-se um intenso movimento de produção de cartilhas baseadas nos métodos analíticos da sentença ou palavração. Thompson, como diretor geral da Instrução Pública, retoma o método analítico e intuitivo para o ensino da leitura, antes circunscrito à Escola-Modelo “Caetano de Campos”, desde a década de 1890, tornando-o oficial (MONARCHA, 1999).

As escolas instituídas em 1890 como escolas de 2º grau, com finalidade cultural ou propedêutica, foram transformadas pela lei 88, de 1892, em escolas complementares. Mais tarde, pelo decreto 2.025, de 29 de março de 1911, essas escolas foram transformadas em normais primárias. Quatro das cinco escolas complementares do Estado, incluindo a anexa à Escola Normal da Praça, foram transformadas em normais primárias, com curso de quatro anos. Ao professor de Pedagogia competia a orientação para que seus alunos realizassem semanalmente exercícios práticos de ensino. Em 1912, a cadeira de Pedagogia passou a compreender três disciplinas: Psicologia, Pedagogia e Metodologia.

A Escola Normal de São Paulo passou a se denominar Escola Normal Secundária de São Paulo, a partir de 1911, também com curso de 4 anos, como ocorria em todas as escolas normais, sendo que nos 3º e 4º anos havia “exercícios de ensino” nas classes da escola modelo anexa a cada escola normal.

De acordo com a lei 1.750, de 8 de dezembro de 1920, que reformou a Instrução Pública do Estado, inspirada pelo seu Diretor Geral, Dr. Antonio Sampaio Dória, as escolas Normal, Normal Primária e Secundária da Praça da República foram fundidas em uma só, com o nome de Escola Normal de São Paulo. Esse decreto ampliou o curso complementar para 3 anos.

A crise de candidatos ao magistério estadual, que dificultava o preenchimento das 1500 vagas nas escolas, levou o governo do Estado, conforme a Lei nº 2269, de 31.12.1927, a diminuir o curso normal em um ano e a equiparar as escolas normais municipais e particulares às estaduais, com o intuito de preparar mais rapidamente uma maior quantidade de professores. Nessas escolas eram mantidos pelo Estado um inspetor fiscal e um professor de Pedagogia e Didática. Enquanto isso, para suprir as vagas existentes, foram admitidos mestres-escola leigos, que eram submetidos a exames de suficiência, dentro do programa do primário. Esses professores recebiam salários menores que os formados em cursos normais e tinham menos direitos.

Na década de 1930, Lourenço Filho, o primeiro Diretor de Ensino, desequiparou as escolas normais particulares e municipais às estaduais e estabeleceu novas e rigorosas condições para essa equiparação. Elevou novamente o curso normal para 4 anos e o complementar para 3.

O curso normal foi reorganizado pelo decreto nº 4.888, de 12 de fevereiro de 1931, que não separou completamente o curso propedêutico do técnico-profissional, acentuado e expandido com a introdução de novas matérias. Os grupos-modelo anexos às escolas normais foram convertidos em Escolas de Aplicação, concebidas como “centros de pesquisas pedagógicas”. A Escola Normal da Praça foi transformada no Instituto Pedagógico de São Paulo, e assumiu a dinâmica do ensino superior. O Instituto Pedagógico era constituído pelo Jardim da Infância, pela Escola de Aplicação (antes Escola-Modelo “Caetano de Campos”), pelo Curso Complementar, pelo Curso Normal e por um Curso de Aperfeiçoamento Pedagógico.

Em 1933, Fernando de Azevedo e numerosos auxiliares estruturaram uma grande reforma de ensino, consubstanciada no decreto 5.884, de 21 de abril de 1933 (Código

de Educação), que incluía a reorganização do ensino normal, prevista no decreto nº 5.846, de 21 de fevereiro daquele ano. Os cursos complementares de 3 anos e os normais de 4 anos se transformaram em dois outros: nos cursos fundamentais secundários de 5 anos, idênticos ao do Colégio Pedro II, do Rio de Janeiro, e nos de formação profissional de professor, de 2 anos.

Em 1933, dando continuidade à expansão da Escola Normal, o edifício passa por sua reforma mais drástica, ganhando um terceiro pavimento. A ocasião foi aproveitada para realizar uma grande reforma interna.

Ainda em 1933, com a estruturação da cadeira de Biologia Educacional, Fernando de Azevedo deu realce ao papel do professor primário como educador a serviço da Higiene e auxiliar das organizações sanitárias. Em maio daquele ano, foi instalado o Centro de Puericultura, que possuía um lactário, uma cozinha de demonstração e de fornecimento de alimentos infantis, além de comportar um serviço assistencial, que realizava visitas domiciliares a crianças, além da confecção de enxovais. Dessa forma, o primeiro centro de puericultura do Brasil, instalado na Escola Normal, propiciava o ensino prático de puericultura para que as futuras educadoras ensinassem essas habilidades às suas futuras alunas. O estabelecimento passou a ser denominado Instituto de Educação sob a orientação de Lourenço Filho, e o curso normal passou a se chamar Escola de Professores.

O Instituto de Educação foi criado por Fernando de Azevedo, por meio do decreto 5.846, de 21 de fevereiro de 1933, assim composto: jardim da infância, escolas primária e secundária, escola de professores, centro de psicologia aplicada à educação, e centro de puericultura. Nessa ocasião, o ensino normal foi elevado a nível superior, e a escola que durante mais de oitenta anos formara professores primários começou a se diferenciar. Além da separação entre escola propedêutica e profissional, havia cursos para professores primários, professores secundários, para a formação de administradores escolares e o curso de aperfeiçoamento. Esse Instituto Pedagógico fora criado em 1931 por Lourenço Filho, para que os normalistas pudessem refazer o curso profissional sob orientação atualizada. O Instituto de Educação e o Instituto Pedagógico foram “idealizados como centro de investigação aplicada e de formação de profissionais do ensino dotados de consciência técnica” (MONARCHA: 1999, 328). Segundo o mesmo autor: “Assim, a Escola Normal da Praça, agora Instituto de Educação “Caetano de Campos”, engendra um outro patamar de racionalidade para enfrentar outras urgências sociopolíticas produzidas pela época presente, agora passada” (1999: 336).

Com a criação da Universidade de São Paulo (USP), em 1934, o recém-criado Instituto de Educação foi incorporado por ela. Em 1938, o governo suprimiu o Instituto de Educação, encaminhando seus professores para a seção de Educação da Faculdade de Filosofia daquela universidade. Desvinculada da Universidade de São Paulo, a Escola Normal perdeu seu status de curso superior, voltando ao seu nível anterior. Seus outros cursos permaneceram, servindo de suporte à futura Escola “Caetano de Campos”.

A pedido dos professores complementaristas da turma de 1904, em mensagem enviada ao poder público, o Jardim da Infância, o Curso Primário, o Curso Ginásial e a Escola Normal receberam o nome de Escola “Caetano de Campos”, de acordo com o decreto nº 10.776, de 12 de dezembro de 1939.

Em 1946, foi comemorado o centenário da criação do Instituto de Educação “Caetano de Campos” sob a direção da professora Carolina Ribeiro, diplomada pela Escola Normal de Itapetininga em 1907. Foi patrono dessas comemorações o Dr. José Carlos de Macedo Soares, interventor federal no Estado.

A Escola Normal de São Paulo tornou-se uma referência em educação no Estado e no Brasil. Professores formados nessa escola destacaram-se na área de educação, e alguns deles produziram materiais escolares ou textos pedagógicos para orientação aos professores; outros, como João Lourenço Rodrigues e Oscar Thompson, ocuparam cargos político-administrativos.

Porém, essa instituição secular, que tanto contribuiu para a educação pública no Estado, e que foi motivo de orgulho para seus alunos e professores, teve sua trajetória mudada na década de 1970, durante o regime ditatorial a que esteve submetido nosso país, desde 1964.